

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO FERREIRA

FORTALECIMENTO DAS REDES DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS:
PADRONIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ATUAÇÃO DAS REDES
TERRITORIAIS

ARAUCÁRIA

2019

LEONARDO FERREIRA

FORTALECIMENTO DAS REDES DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS:
PADRONIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA ATUAÇÃO DAS REDES
TERRITORIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Morais da Silva

ARAUCÁRIA

2019

RESUMO

O presente trabalho foi realizado dentro do eixo da Gestão de Redes Públicas e Cooperação, tendo por objeto o fortalecimento das Redes Cooperativas Intersetoriais, mais especificamente as Redes de Proteção de Direitos Humanos, que atuam de forma intersetorial e descentralizada no município de Araucária. Considerando que são 16 redes que desenvolvem suas ações territorialmente, foi diagnosticado que carecem de padronização na identificação dos casos, notificação e nos encaminhamentos cabíveis, de modo que este projeto técnico de intervenção propõe a elaboração de um Protocolo Municipal que vai padronizar e nortear a ação de todos os integrantes das redes de proteção. Também objetivando dar sustentação, apoio técnico para as redes, bem como monitorar a aplicabilidade do referido protocolo, propõe-se criação de um Grupo Gestor Intersetorial (por gestores das políticas públicas da área da Saúde, Educação e Assistência Social) que também ficará responsável por realizar a formação continuada de todos integrantes das redes de proteção. Para tanto, neste trabalho foi desenvolvida a proposta e metodologia de formação continuada para os integrantes das redes de proteção. Este trabalho está fundamentado em um referencial teórico que visa ser não meramente descritivo ou explicativo, mas fundamento de uma práxis revolucionária, efetiva e transformadora, que objetiva o aprimoramento e fortalecimento das redes de proteção de direitos humanos de Araucária, de modo que impactem positivamente a sociedade na garantia dos direitos de seus cidadãos e no efetivo enfrentamento da violência.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Formação Continuada. Democracia. Redes de Cooperação. Políticas Públicas. Intersetorialidade. Gestão Pública. Padronização. Violência.

ABSTRACT

The present work was carried out within the Public Network Management and Cooperation, aiming at the strengthening of Intersectoral Cooperative Networks, specifically the Human Rights Protection Networks, which operate in an intersectoral and decentralized manner in the municipality of Araucária. Considering that there are 16 networks that develop their actions territorially, it was diagnosed that they lack standardization in the identification of cases, notification and the appropriate referrals, so that this technical project of intervention proposes the elaboration of a Municipal Protocol that will standardize and guide the action of all the members of the protection networks. Also aiming to provide support, technical support for the networks, as well as monitoring the applicability of said protocol, proposes the creation of an Intersectoral Management Group (by managers of public policies in the area of Health, Education and Social Assistance) who will also be responsible for continuous training of all members of the safety nets. Therefore, in this work the proposal and methodology of continuous training for the members of the protection networks was developed. This work is based on a theoretical reference that aims to be not merely descriptive or explanatory, but the foundation of a revolutionary, effective and transformative praxis that aims to improve and strengthen Araucária human rights protection networks, so that they positively impact society in guaranteeing the rights of its citizens and in effectively coping with violence.

Keywords: Human rights. Continuing Education. Democracy. Cooperation Networks. Public policy. Intersectionality. Public administration. Standardization. Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	20
FIGURA 2 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	21
FIGURA 3 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL DE IDOSOS, POPULAÇÃO DE RUA, MULHERES, PÚBLICO LGBT E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	22
FIGURA 4 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE IDOSOS, POPULAÇÃO DE RUA, MULHERES, PÚBLICO LGBT E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	23
FIGURA 5 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA.....	24

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIPEAD – Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância
CF – Constituição Federal de 1988
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CMEC – Centro Municipal Educacional Cultural Lucy Moreira Machado
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UAB – Universidade Aberta Do Brasil
UFPR – Universidade Federal Do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 APRESENTAÇÃO.....	7
1.2 OBJETIVO GERAL	8
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
1.4 JUSTIFICATIVA.....	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 REDES DE PROTEÇÃO.....	11
2.2 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA.....	13
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	15
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO	15
3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	16
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.	18
4.1 PROPOSTA TÉCNICA	18
4.1.1 Plano de implantação	18
4.1.2 Recursos.....	25
4.1.3 Resultados esperados	25
4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo – corretivas	25
4.2 Formação Continuada.....	27
5. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

O capítulo de introdução deste estudo foi dividido em quatro seções, sendo: apresentação na qual será contextualizada a temática, o objetivo geral que esclarece o propósito deste estudo de forma mais abrangente, os objetivos específicos que vão detalhar o objetivo geral e a justificativa que clarifica os interesses para realização do estudo, sua relevância e viabilidade.

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo aborda dentro da área temática da Gestão de Redes Públicas e Cooperação, o funcionamento das Redes de Proteção de Direitos Humanos em seu âmbito territorial. Estas Redes são na prática, uma estratégia da ação estatal com base na intersetorialidade das políticas públicas setoriais de atendimento direto ao cidadão, como Saúde, Educação e Assistência Social, e tem por objetivo para além do atendimento integralizado das demandas, otimizar os recursos, desenvolver ações conjuntas, evitar o paralelismo e a fragmentação das ações.

Neste sentido, tomando o Município de Araucária por base como lócus de estudo e intervenção, sendo a dinâmica do funcionamento das Redes de Proteção de Direitos Humanos e seu aperfeiçoamento o objeto principal, foi necessário para o processo de pesquisa e investigação, participar das reuniões das Redes de Proteção Territoriais, examinar as atas das reuniões anteriores, conhecer quais fluxos de trabalho utilizam e articulação que realizam, afim de verificar a necessidade ou não de padronizar as ações através de um Protocolo de funcionamento para todas as Redes de Proteção de Direitos Humanos do Município, que é a proposta deste estudo.

Para tanto, objetivando realizar uma intervenção significativa de fortalecimento das Redes de Proteção de Direitos Humanos territoriais, este aluno propõe neste trabalho, a elaboração de um Protocolo de funcionamento padrão, abrangendo a definição das violências e quais os encaminhamentos e providências devem ser tomados para cada tipo de violência, definindo ainda os fluxos necessários e as atribuições e competências de cada integrante das Redes de Proteção.

1.2 OBJETIVO GERAL

O presente estudo, busca como objetivo geral, propor o aprimoramento da dinâmica de funcionamento das redes de cooperação com foco nas redes de proteção territoriais na cidade de Araucária.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos delimitados para essa pesquisa foram:

- I. Analisar a estrutura atual das Redes de Proteção Territorial a partir de um diagnóstico;
- II. Elaborar Protocolo de funcionamento padrão para atuação dos integrantes das Redes de Proteção Territoriais, uniformizando as ações e estabelecendo diretrizes;
- III. Propor a formação de um Grupo Gestor Municipal para dar suporte as Redes de Proteção territoriais e garantir a efetividade do protocolo;
- IV. Realizar uma proposta de formação continuada sobre a utilização do protocolo com os integrantes das 16 Redes de Proteção territoriais de Araucária.

1.4 JUSTIFICATIVA

Atualmente no Município de Araucária/PR a Rede de Proteção de Direitos Humanos funciona de forma *descentralizada* em 16 Redes territoriais (que abrangem determinado georreferenciamento) formadas por integrantes de Unidades que prestam serviços públicos nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, atuando de forma *cooperada* e numa perspectiva de *intersectorialidade*, que pode ser entendida como a “[...] articulação de saberes e experiências no planejamento, a realização e a avaliação de ações com o objetivo de alcançar resultados integrados”. (JUNQUEIRA; INOJOSA KOMATSU, 1998, p. 24).

Nessas Redes intersectoriais, os profissionais se reúnem sistematicamente, discutindo e encaminhando casos e situações dos usuários dos serviços que representam, buscando evitar a fragmentação dos serviços, sobreposição de ações, somando esforços e pensando soluções para atuação em conjunto. Geralmente os casos trazidos para discussão e resolução nas referidas Redes são os mais

complexos, que demandam de uma atuação qualificada do poder público no enfrentamento das questões, como por exemplo: trabalho infantil, violência doméstica, abuso sexual de crianças e adolescentes, entre outros.

Porém o funcionamento e sistemática de trabalho destas 16 Redes não seguem nenhum padrão, cada qual com seu “*modus operandi*” e carecem de diretrizes para a dinâmica de seu funcionamento, tanto na identificação dos casos e para as ações que realizam, quanto para a forma de notificação dos casos e nos fluxos de encaminhamentos dos referidos casos. Desta forma, para superar esta situação, entende-se ser necessário a elaboração de um Protocolo que contenha tais informações, para que cada integrante da Rede saiba como agir, quais procedimentos necessários se deve tomar e a qual órgão acionar quando estiver trabalhando nas resoluções das demandas que surgem nos territórios em que se instalam as Redes de Proteção.

Tão importante, também seria elaborar uma proposta de formação continuada dos integrantes das Redes de Proteção Intersetorial, tanto em relação ao referido Protocolo, quanto ao aprofundamento do conhecimento das legislações, estratégias de ações, novas técnicas e metodologias, intercâmbios de boas práticas, para a garantir que o Protocolo seja efetivado e bem executado, possibilitando a instrumentalização e fortalecimento das ações das Redes de Proteção e seu *desenvolvimento local*, que é considerado como “[...] processo interno registrado em pequenas unidades territoriais e em agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria de qualidade de vida” (Malmegrin, 2014, p.23).

Para manutenção e aperfeiçoamento sistemático das ações integradas e intersetoriais das Redes de Proteção, propõe-se a formação de um Grupo Gestor composto por diversas políticas públicas, numa perspectiva de intersetorialidade, para que possam prestar o suporte que as Redes precisam, aprimorar a comunicação entre as Secretarias, e difundir os conceitos do Protocolo e suas diretrizes, garantindo que as pactuações de tal documento sejam efetivadas.

Além das justificativas supracitadas, existe uma motivação pessoal do autor dessa proposta que é servidor público atuante na Prefeitura Municipal de Araucária desde 2004, integrante da Rede de Proteção de Direitos Humanos do Município desde sua fundação, o qual identifica a necessidade de qualificar o trabalho das redes de proteção a partir da elaboração de um protocolo padrão que garanta para além da

padronização das ações, o aprimoramento da operacionalização destas redes de cooperação, considerando que hoje atuam *desconectadas* umas das outras, gerando fragmentação e paralelismos das ações.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A base teórica deste trabalho se fundamenta na matriz histórico-crítica, partindo do pressuposto de uma visão de homem/mundo de transformação social, onde o homem faz sua história com sua práxis e nela, com ela, se cria, se produz a si mesmo, ou nas palavras de Vasquez, “[...] a história humana nada mais é do que a história de práxis do homem”(VASQUEZ,1996, p.330).

Neste sentido, este trabalho tem cunho interventivo e não meramente descritivo ou explicativo, pois quando falamos de gestão de redes públicas e de cooperação, falamos de impactar a realidade, superar os desafios e as diversas situações-problema, a partir do engajamento e mobilização social, articulação territorial, intersetorialidade e de lutas por direitos consagrados em diversas legislações, movendo-se afim de se superar o “[...] contraste entre as declarações solenes e sua consecução, entre a grandiosidade das promessas e a miséria de suas realizações” (BOBBIO,1992, p.64).

2.1 REDES DE PROTEÇÃO

Para se desenvolver um entendimento mais ampliado do que são as Redes de Proteção territoriais, é importante demarcar que não são prédios ou entidades que materializam as Redes de Proteção, mas ela se caracteriza por ser uma forma de organização de trabalho coletivo e intersetorial (cuja gestão é realizada pelo poder público no caso de Araucária) que se ocupa da garantia e proteção dos direitos humanos, que atua tanto na prevenção quanto no atendimento e encaminhamento dos casos identificados.

Desta forma, a Rede de Proteção que congrega este conjunto de ações integradas, pode ser conceituada como “[...] uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitário, democrático e solidário.” (MOTTI; SANTOS, 2014, p.3).

A partir da compreensão das Redes enquanto articulação entre políticas públicas, com relações horizontalizadas, comunicação integrada, planejamento coletivo, as quais desenvolvem ações intersetoriais de forma cooperada no enfrentamento da violência e garantia dos direitos humanos, é que se alicerça o

propósito de elaboração de um protocolo que viabilize o aprimoramento da identificação dos casos de violação de direitos humanos, e oriente quanto aos fluxos de encaminhamento e providências cabíveis dos casos atendidos pelas Redes de Proteção territoriais, sem prejuízo do olhar constante de prevenção de situações de risco em todos territórios onde as Redes atuam.

Esta compreensão pode ser aprimorada conforme orientam Lussi e Marinucci (2007, p.1):

“A simbologia da rede é significativa para a compreensão do conceito: a rede não é apenas a soma de cordas. É uma maneira de entrelaçar as cordas de tal modo que, juntas, conseguem adquirir potencialidades que ultrapassam as capacidades individuais de cada uma delas. Em outras palavras, o trabalho em rede, além de ser uma forma privilegiada para somar forças, é também uma maneira de trabalhar de forma articulada que permite desdobrar as habilidades dos sujeitos envolvidos, garantindo uma maior eficácia no trabalho e maior eficiência nos resultados”.

Neste sentido, as Redes de Proteção territoriais oportunizam um espaço democrático de discussão dos melhores encaminhamentos das situações-problema apresentadas, a partir de um olhar que agrega várias áreas do conhecimento pela multidisciplinariedade que é base de sua composição, onde por exemplo, o psicólogo da Unidade Básica de Saúde, a pedagoga da Escola e o Assistente Social do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, podem fazer uma abordagem mais ampliada e compartilhar além dos saberes, as responsabilidades e demais implicações nas ações que tomarão enquanto Rede de Proteção, superando a individualização e setorização das ações.

Isso possibilita uma otimização dos recursos públicos, impede a duplicidade nas ações, evita a revitimização dos usuários atendidos (para não ter que contar os fatos para diversos profissionais várias vezes) e possibilita ações conjuntas mais completas e assertivas para com os cidadãos, bem como um monitoramento e acompanhamento mais sistemático dos casos, através da cooperação dos integrantes das Redes de Proteção.

O objetivo geral das Redes de Proteção territoriais está em contribuir para a redução e superação da violação dos direitos humanos, através de ações integradas e intersetoriais, de prevenção e proteção, articulando as diversas políticas públicas e o Sistema de Garantia de Direitos.

Desta forma, materializa-se o trabalho em Rede ao demarcarmos aqui neste estudo, dizendo que correspondem às equipes de referência dos equipamentos

sociais (das diversas políticas públicas como exemplificado anteriormente) dos territórios que estão inseridos, sendo responsáveis pela organização do atendimento e articulação das ações preventivas e protetivas a serem desenvolvidas para a superação da violência em seu contexto social de origem.

Podemos observar, que os desafios que as Redes de Proteção territoriais se propõem a enfrentar são ousados e complexos, pois o fenômeno da violência tem crescido nas mais diversas camadas sociais da sociedade (também em Araucária como veremos mais adiante), de modo que quanto mais fortalecida, consolidada e aparelhada de recursos estiverem as Redes, mais ações de proteção poderão executar, desde a identificação e notificação dos casos, do atendimento especializado, acompanhamento e monitoramento devido, até as ações de prevenção e vigilância social nos territórios.

Portanto, como já afirmado anteriormente, este trabalho tem como objeto a atuação das Redes de Proteção, visando seu fortalecimento através de criação de um Protocolo de funcionamento e Formação Continuada para o aprimoramento das Redes, ampliando a eficiência, efetividade e eficácia das 16 Redes Territoriais no enfrentamento da violência e na garantia dos direitos humanos.

2.2 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

As Redes de Proteção, como já dito anteriormente, tem como objeto de seu trabalho as violações dos direitos humanos. Desta forma, cabe definir o fenômeno da violência e sua tipologia. Considerando a evolução dos estudos em relação ao fenômeno da violência, atualmente é considerado como um problema mundial de saúde pública, com diferentes e múltiplas manifestações, determinadas por aspectos culturais, sociais e econômicos. Seus agravos causam forte impacto na morbidade e mortalidade dos cidadãos, sendo que em geral, nas camadas mais empobrecidas e especialmente nos grupos socialmente mais vulneráveis.

No Relatório Mundial sobre Violência e Saúde de 2002 da OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, a violência foi definida como:

“Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Sendo assim, neste relatório de relevância mundial, cujo preâmbulo foi feito pelo líder africano Nelson Mandela (vencedor do prêmio Nobel da Paz de 1993), a violência foi reafirmada como problema mundial de saúde pública, em que cabe aqui ser caracterizada de acordo com sua natureza e tipo, quais são: violência autoprovocada, violência interpessoal, violência intrafamiliar e doméstica, violência extrafamiliar e comunitária, violência coletiva. Para tanto, buscando a efetividade da proposta deste trabalho, serão adotadas as definições de violência (tipologia) propostas no referido relatório da OMS.

Quanto a natureza da violência, o Guia de Orientações Técnicas do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, publicado pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social em 2011, traz elementos para a conceituação elencando um rol de tipos de violência, conforme segue:

- a) Violência física;
- b) Violência psicológica;
- c) Violência negligência;
- d) Violência sexual;
- e) Violência financeira/econômica;
- f) Trabalho infantil;
- g) Tortura;
- h) Tráfico de pessoas;
- i) Intervenção legal.

Estes tipos de violência constituem-se em violações de direitos humanos e objeto de trabalho do CREAS, que é a Unidade Pública Estatal de enfrentamento da violência no âmbito da política de Assistência Social, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social e que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

De modo mais ampliado, como este estudo aborda, tais violações de direitos que são também a matéria prima de trabalho das Redes de Proteção, as quais através da proposta de intervenção que será aqui apresentada, se pretende fortalecer e qualificar, para que de modo padronizado, descentralizado e intersetorial, atuem de forma mais efetiva e cooperada, a partir de um protocolo abrangente e estruturado afim de subsidiar toda a atuação das Redes de Proteção na sua função social de garantia dos direitos humanos.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Neste item será realizada uma breve contextualização do município e prefeitura de Araucária e em seguida será explorada a situação-problema descrevendo e interpretando-a, tratando desde a sua definição a uma explicação geral mais caracterizada.

Para tanto, foi necessário a realização de um diagnóstico que sistematizasse as informações e contribuísse para a precisão das propostas de solução a apresentadas, tanto quantificando, quanto qualificando as dimensões da situação-problema, com vistas as tomadas de decisões e de intervenção sobre elas, objetivando sua superação, ou seja, fortalecendo efetivamente as redes de proteção de direitos humanos na cidade de Araucária.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

De acordo com informações do site oficial (<https://araucaria.atende.net/>) da Prefeitura do Município de Araucária, a cidade está integrada à Região Metropolitana de Curitiba - RMC, no primeiro planalto paranaense, Araucária ocupa uma área de 460,85 km², situa-se a 857m do nível do mar. O Município faz parte do centro mais ativo e desenvolvido do Estado, com área de influência em crescente expansão e destaque na Região Sul do País.

Ainda informa o site, a cidade está estrategicamente localizado em relação ao Mercosul, o Centro Industrial de Araucária - CIAR, com 46.137.500,00m² de área destinada ao polo industrial, sediando as indústrias já instaladas e reservada às novas implantações, conta com matéria-prima local disponível para atender, principalmente a Agroindústria e a Petroquímica, com infraestrutura, acesso rodoferroviário e fácil conexão com aeroportos e portos marítimos.

Em relação aos aspectos geográficos, no referido site oficial, Araucária está situada às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476 - Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Está a 27 km do centro de Curitiba. Nasceu de uma concentração de imigrantes eslavos, voltados inicialmente para a agricultura pelas condições propícias de clima e solo, com o cultivo de culturas como o trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e avicultura.

Quanto a economia, em pesquisa no site oficial, verifica-se que com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, na década de 70, a cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial, servindo de sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana.

A população atual é formada por descendentes dos primeiros habitantes da região (luso brasileiros, índios e negros) por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses e por migrantes vindos de outras regiões, atraídos pela industrialização, a partir da década de 70, tendo uma população estimada de 141.410 habitantes (IBGE/2018).

Atualmente a Prefeitura do Município de Araucária conta com mais de 4.500 servidores que trabalham nas 19 Secretarias que prestam serviços públicos a população direta ou indiretamente, tendo um orçamento estimado para 2019 de R\$ 1.146.782.65,00.

A partir de 2009, as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social se organizaram para prestar atendimento as situações de risco social e casos mais complexos a partir de Redes de Proteção territoriais, reunindo-se mensalmente para discutir e encaminhar suas ações conjuntamente.

As redes se estruturam a partir de múltiplos níveis de operacionalização e contam com equipes multiprofissionais e intersetoriais, que atuam nas seguintes áreas: notificação, diagnóstico, intervenção, formação, pesquisa e prevenção.

As redes de proteção de Araucária estão divididas em 16 Redes Locais, nas seguintes áreas territoriais, nas áreas urbana e rural:

Boqueirão, Califórnia, Centro, Colônia Cristina, Costeira, CSU, Guajuvira, Industrial, Lagoa Grande, Rio Abaixo, São Sebastião, Shan-gri-lá, Thomaz Coelho, Tietê, Tupy e Vila Angélica.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A dura realidade de casos de violência, seja a intrafamiliar / doméstica, bem como a extrafamiliar na cidade de Araucária chamam atenção e merecem ser amplamente discutido e tratado com atenção, fazendo refletir sobre a necessidade de implantar políticas públicas eficazes e estruturação das redes de cooperação.

No ano de 2018 ocorrem, segundo dados da Vigilância Epidemiológica do Município, 890 casos de violência em suas mais diversas formas. Na Delegacia de Polícia, Conselho Tutelar e Ministério Público também se registraram mais de 570 casos de violações de direitos.

Considerando que por se tratar de diversas formas de violência, muitos casos podem não ter sido notificados, segundo o Guia de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde (2009), para cada caso notificado, 4 não são notificados. Nesta questão da violência ainda existe falta de informação, preconceitos e “tabus”, como a chamada “lei do silêncio” onde as vítimas por diversos motivos não revelam que sofreram violências.

O fenômeno da violência traz em si diversas complexidades de níveis mais variados, como por exemplo o aumento dos crimes de ódio, que muitas vezes sequer são notificados, de modo que para superação destes problemas, necessitam de ações conjuntas e integradas, bem como de recursos para o aprimoramento e aparelhamento dos serviços públicos que compõem as Redes de Proteção territoriais.

Diante deste cenário caótico de violações de direitos, como já descrito anteriormente, o município de Araucária organizou 16 Redes territoriais para dar cobertura na área urbana e rural dos casos de violências e situações de risco social, onde profissionais das secretarias de Saúde (das unidades de saúde locais), da Educação (das escolas e CMEIs da região) e Assistência Social (dos CRAS do território) se reúnem, discutem os casos e traçam intervenções, bem como planejam estratégias de prevenção.

Porém a dinâmica de funcionamento destas redes de cooperação não segue uma lógica padrão, não tem instituído um protocolo que estabeleça diretrizes para as ações, que norteie o trabalho com ética, que demarque atribuições a todos os integrantes das redes, que estabeleça definições das violências e institua instrumentais de registros e encaminhamentos.

Neste sentido, identifica-se a necessidade de se elaborar um Protocolo Intersetorial de funcionamento para as Redes de Proteção territoriais e se constituir um Grupo Gestor para tais redes de cooperação com o objetivo de planejar, apoiar e aprimorar o trabalho de atendimento e prevenção às situações de violência realizado pelas 16 Redes de Proteção Local já existentes no município.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.

Fundamentando-se no marco teórico deste trabalho, no diagnóstico da situação-problema e norteando-se pelos objetivos Geral e específicos, explicitamos a estrutura da proposta de Protocolo da Rede de Proteção e da formação continuada que será desenvolvido com os membros das referidas redes e instituição do Grupo Gestor Intersetorial.

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Considerando que a rede de proteção atua através do entrelaçamento de ações que assegurem a garantia e a defesa dos direitos humanos, é fundamental estruturar serviços em rede de apoio, respondendo progressivamente as demandas desse público.

Tais redes que devem ser estimuladoras de ações com objetivos de caráter preventivo e educativo visando à melhoria da qualidade de vida no núcleo das famílias e usuários atendidos. Os serviços intersetoriais devem participar da articulação do trabalho em rede, buscando garantir um fluxo permanente com definição comum de ações intersetorial, pactuadas num Protocolo de atuação para todas as Redes. A opção pela construção se deu a partir da necessidade comum a todas as redes de identificação e encaminhamentos técnicos dos casos. Outras alternativas poderiam versar em organizar reuniões ampliadas dos casos com todas as redes, mas tornou-se de difícil operacionalização.

4.1.1 Plano de implantação

Considerando o desenvolvimento histórico das Redes de Proteção de Direitos Humanos no município de Araucária, sua evolução, mas também suas necessidades de aprimoramento, a partir dos conhecimentos e estudos proporcionados por esta especialização de Gestão Pública no âmbito Municipal, apresenta-se agora efetivamente a intervenção proposta por este aluno, com vistas do aperfeiçoamento desta importante estratégia intersetorial de enfrentamento do fenômeno da violência e violação dos direitos humanos.

Neste sentido, se propõe a elaboração de um Protocolo Intersetorial de funcionamento das Redes de Proteção, que vai definir desde a identificação dos casos de violências, até os Fluxos de Encaminhamentos, atrelados a um plano de formação continuada estruturado por módulos (nivelamento, intermediários e avançados).

Para elaborar o Protocolo de funcionamento sugere-se que sejam utilizadas as seguintes estratégias:

- I. Oficinas de formação com os integrantes das 16 redes de proteção territoriais, para conhecimento dos métodos de trabalho de cada rede;
- II. Oficinas de estudo sobre a tipologia da violência e metodologias de trabalho; Oficinas de construção pactuação de fluxos, articulações, registros técnicos e estratégia de trabalho em rede;
- III. Formação de grupo de trabalho para compilar e escrever coletivamente o protocolo da rede de proteção;
- IV. Plenária geral com os integrantes para revisão final e publicação do documento finalizado;
- V. Instituir grupo gestor para dar suporte a todas as redes de proteção e elaborar formação continuada para garantir o efetivo funcionamento do protocolo da rede de proteção de Araucária.

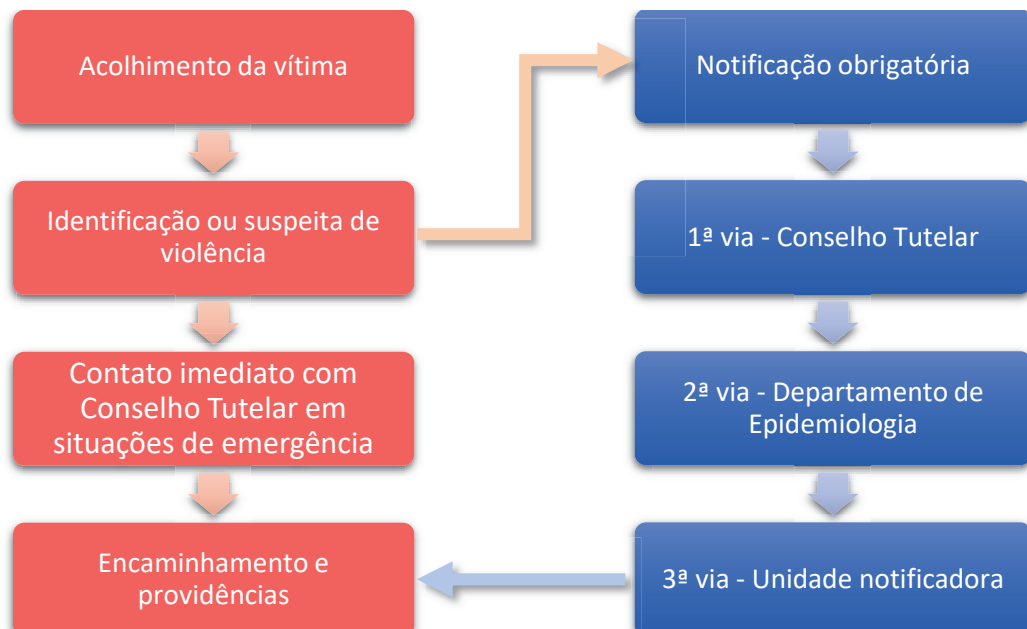
Para tanto, o protocolo será em volume único, sugerindo-se a estrutura e conteúdo abaixo representados, pelo qual os integrantes das Redes poderão de forma padronizada e articulada, identificar, notificar atender e fazer os devidos encaminhamentos aos casos de violação de direitos:

1. Introdução / Marcos históricos de combate à violência, Leis e portarias;
2. Definição de rede de proteção / Objetivos da rede de proteção;
3. Objetivo geral / Objetivos específicos / Estrutura e atribuições;
4. Grupo gestor municipal / Atribuições do grupo gestor municipal;
5. Rede local / Atribuições da rede local;
6. Secretaria Municipal de Assistência Social: Proteção Social Básica / Proteção Social Especial (média e alta complexidade); Atribuições da proteção social especial (média e alta complexidade);
7. Secretaria Municipal de Educação / Departamento de educação infantil / Departamento de educação fundamental / Departamento de educação especial; Atribuições dos equipamentos da Secretaria Municipal de Educação;

8. Secretaria Municipal de Saúde / Atenção básica a saúde / Atenção secundária à saúde / CAPS – Centro de Atenção Psicossocial / Atribuições da atenção Secretaria Municipal de Saúde / Vigilância em saúde /
9. Conselho tutelar e Entidades sociais não governamentais; Ética profissional;
10. Definição das violências / Tipologia da violência / Natureza e forma de violência;
11. Ficha de notificação obrigatória / Definição de caso / Notificação;
12. Casos de notificação imediata à autoridade sanitária;
13. Fluxogramas de encaminhamentos padronizados;
14. Instrumentais técnicos de atuação em Rede (relatórios, referências, etc)
15. Sinais de alerta e sintomas sugestivos de violência;
16. Perfil da violência do município de Araucária / Perfil epidemiológico;
17. Telefones importantes / Anexos / Referências

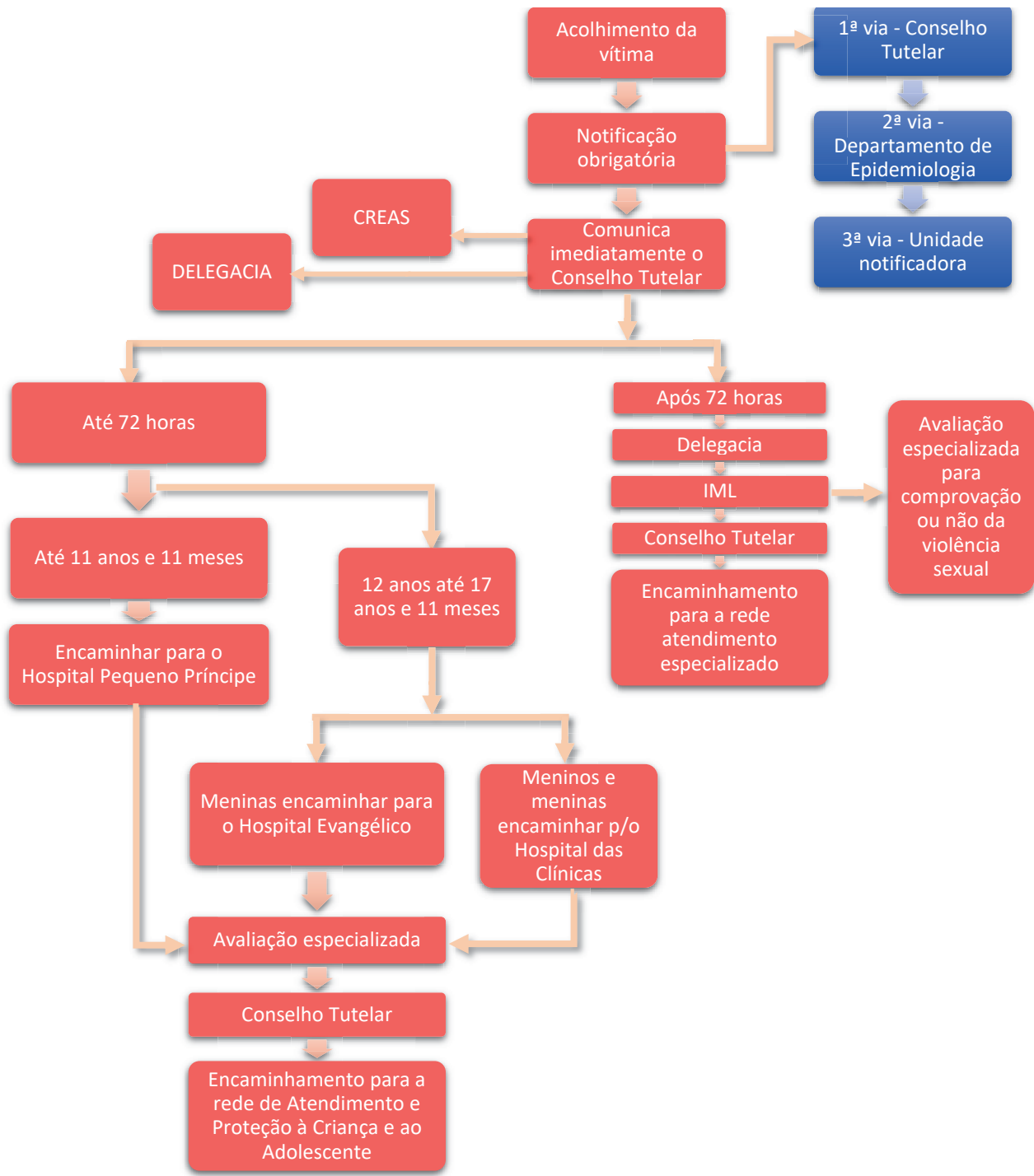
Um dos pontos principais do protocolo diz respeito aos fluxos de encaminhamentos e articulações necessárias para o devido atendimento das demandas, desta forma, sugere-se os seguintes fluxos padronizados para as redes de proteção de direitos humanos territoriais:

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:



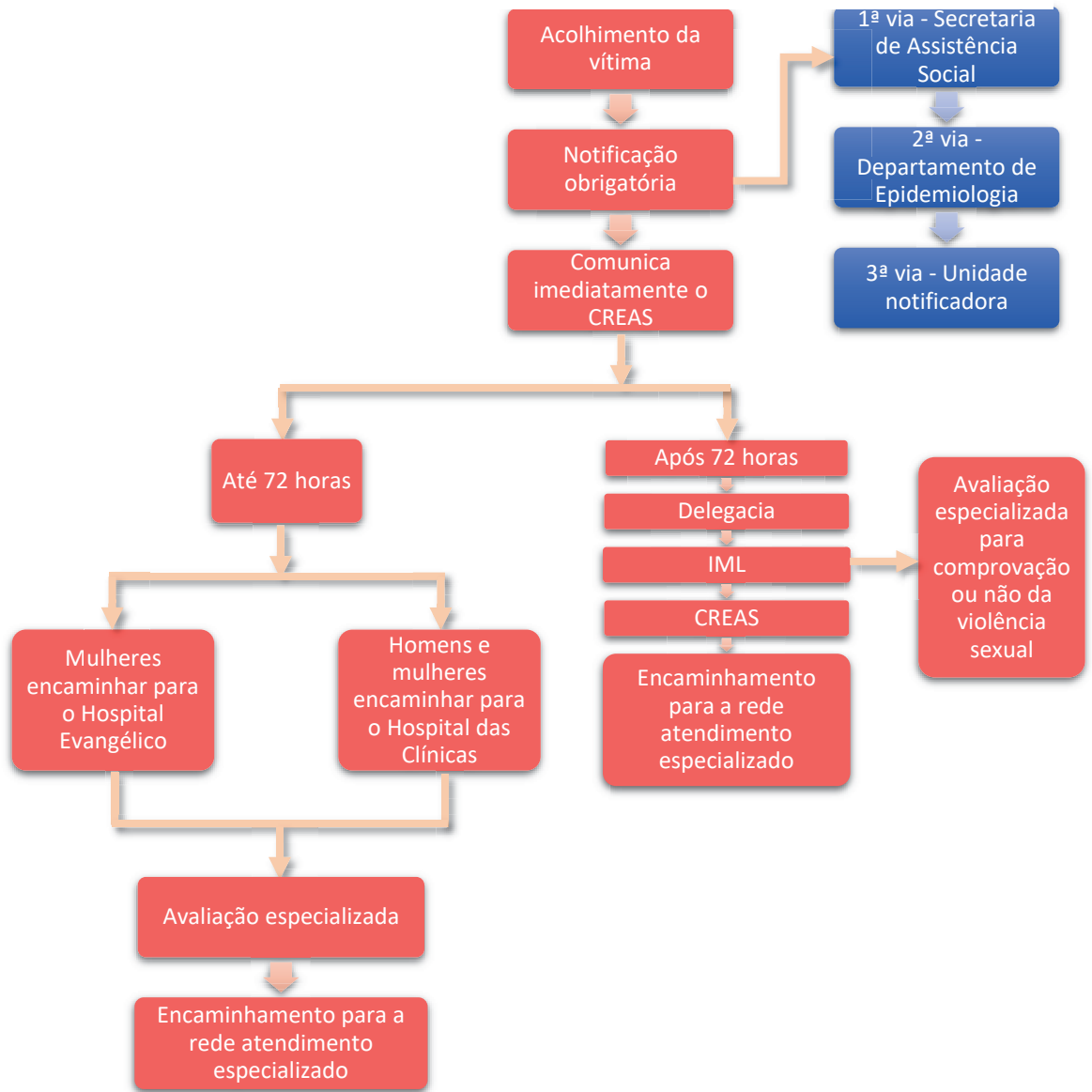
FONTE: O autor (2019)

FIGURA 2 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



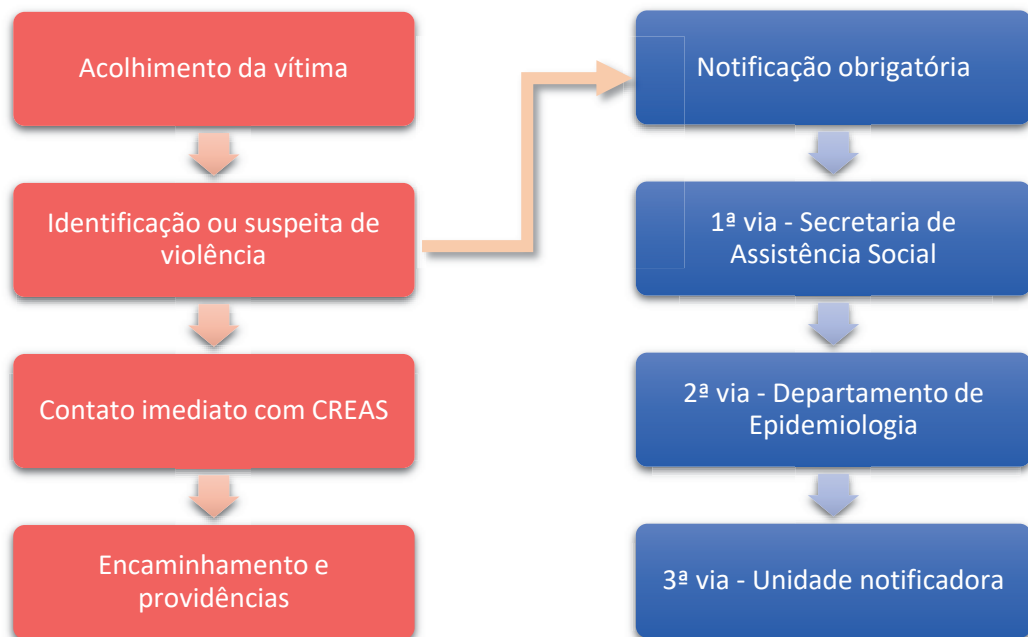
FONTE: O autor (2019)

FIGURA 3 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL DE IDOSOS, POPULAÇÃO DE RUA, MULHERES, PÚBLICO LGBT E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.



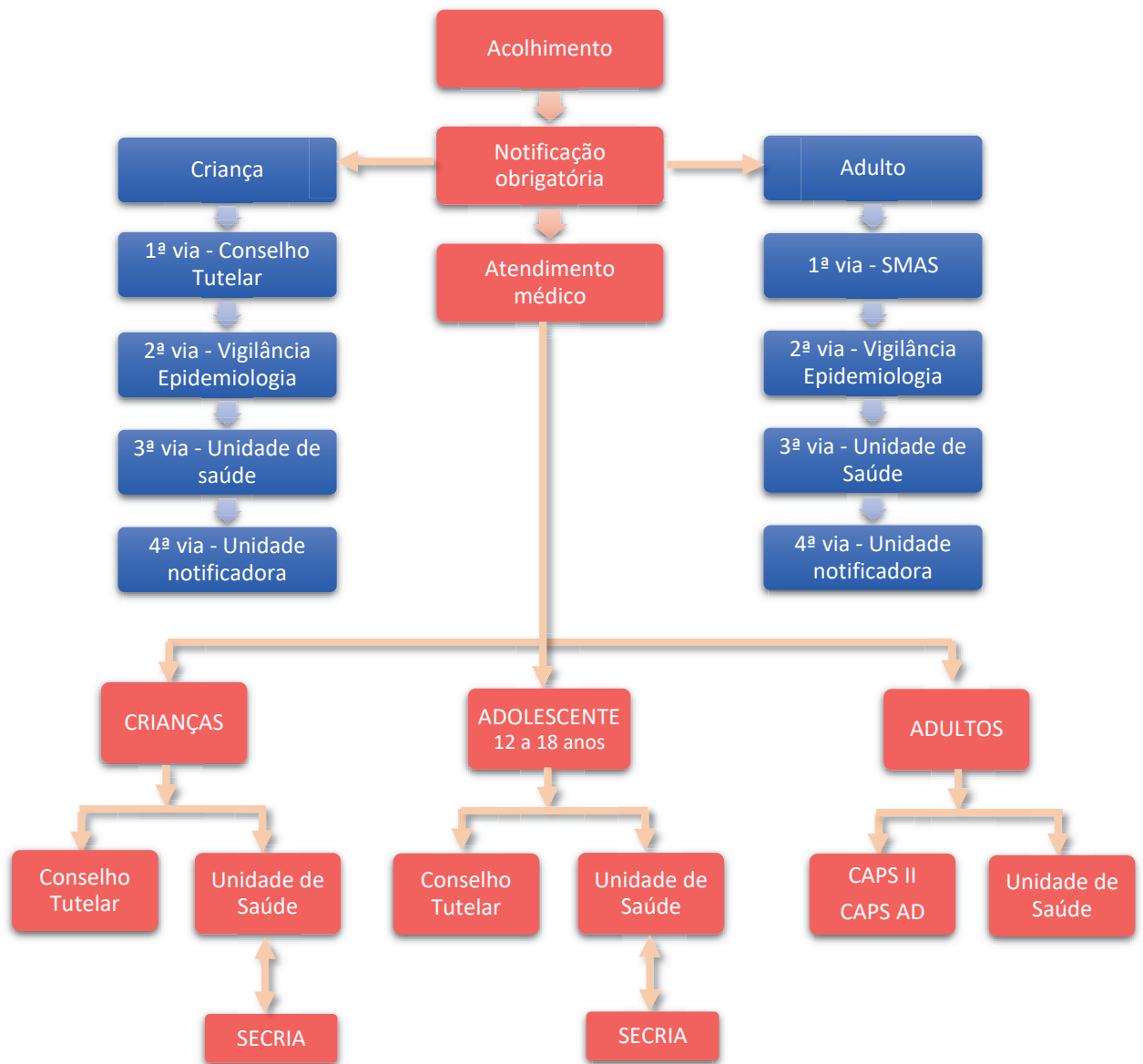
FONTE: O autor (2019)

FIGURA 4 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA DE IDOSOS, POPULAÇÃO DE RUA, MULHERES, PÚBLICO LGBT E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.



FONTE: O autor (2019)

FIGURA 5 – FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PARA SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA.



FONTE: O autor (2019)

Ainda para garantir o padrão de qualidade do funcionamento das Redes de Proteção e o uso efetivo do Protocolo, se propõe a criação de um Grupo Gestor Intersetorial das Redes (composto por membros das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, que deverão contribuir para o planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho em cada um dos 16 territórios que as Redes se organizam, além de buscar recursos para o fortalecimento e aparelhamento destas Redes de Proteção.

4.1.2 Recursos

Os recursos necessários vão de recursos Humanos (profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social), Financeiros (custeio de impressão do protocolo e formação continuada), materiais e instalações (local adequado para formação continuada).

4.1.3 Resultados esperados

Pensar em fazer de outra maneira é um desafio com as quais os profissionais se deparam no dia a dia do trabalho, para isso, é preciso ir atrás, construir e não desistir. O Protocolo é uma construção desse “outro modo” de fazer. É um passo para a profissionalização, o comprometimento, a sensibilização e o atendimento qualificado para a população que se encontra em risco para a violência.

Desta forma, os resultados esperados são de Redes de Proteção mais atuantes, impactando os territórios que atuam ampliando sua capacidade protetiva e resolutiva, com um Protocolo Intersetorial de funcionamento que padronize as ações, aprimorando os processos de trabalho, otimizando recursos, qualificando as intervenções e ampliando a garantia de direitos dos cidadãos.

Também se espera, como resultados deste projeto, possibilitar o fortalecimento das redes de cooperação do município, atingindo como resultados mais significativos a redução das violações dos direitos humanos, seus agravamentos ou reincidência; indivíduos e famílias protegidas; construção da autonomia; crianças, adolescentes e seus familiares incluídas em serviços e com acesso a oportunidades; e rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar, além de priorizar a prevenção para que as crianças e famílias tenham desenvolvimento familiar e sadio em condições de respeito e dignidade.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo – corretivas

Os riscos dizem respeito a centralização na elaboração do protocolo, onde algum ator específico “monopoliza” algum item do protocolo e não pactua coletivamente e principalmente a não aplicabilidade do documento, tornado

inoperante. Como medidas de correção – prevenção, seria a ratificação em plenária com representantes das 16 redes de cada item do protocolo, e construir um documento bem prático e usual, que faça sentido para todos profissionais que irão trabalhar nas Redes de Proteção.

4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

Quanto a formação continuada dos integrantes das redes de proteção, este trabalho propõe a constituição de um Grupo Gestor Intersetorial (composto por membros das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social), que terão a responsabilidade de desenvolver uma proposta de formação continuada a todos membros das Redes. A sugestão de proposta de formação continuada, será baseada na metodologia e conteúdo conforme as diretrizes da PNEP - Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social, elaborado pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social em 2013, levando-se em consideração os diferentes níveis de conhecimento dos trabalhadores, bem como, as necessidades de qualificação dos serviços e dos próprios profissionais que atuam nas Redes de Proteção.

A proposta de formação, sugere a seguinte estrutura de cursos em suas diversas modalidades:

- a. **Introdutória/Nivelamento** – Com duração entre 20 a 40 horas visa o nivelamento de conteúdos essenciais a todo público-alvo com o objetivo tanto de introduzir a temática aos iniciantes na operacionalização da Política de Assistência Social, quanto aos trabalhadores, conselheiros e operadores da rede socioassistencial, que terão acesso aos conteúdos inerentes ao enfrentamento das violência e Rede de Proteção, com sua base histórica, política e respectivas normativas.
- b. **Atualização** – Este patamar requer duração entre 40 a 80 horas e visa o aprimoramento ou apresentação de novos saberes técnico-científicos. Consiste em cursos destinados aos trabalhadores de nível médio e superior tendo conteúdo definido a partir das demandas e necessidades das Redes de Proteção, dos serviços realizados conforme a especificidade intersetorial de cada um.
- c. **Aperfeiçoamento** – Com duração mínima de 100 horas, este patamar visa o aprimoramento e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades técnicas e domínios específicos do saber. Com o propósito de assegurar a educação continuada que privilegia a qualificação técnico política e normativa do SUAS, do SUS e da LDB, os cursos de aperfeiçoamento devem oportunizar o

aprimoramento profissional, aprofundando o debate das diretrizes que circundam a gestão do trabalho, os princípios éticos para os trabalhadores das Redes de Proteção e os processos de trabalho envolvidos.

- d. Esses patamares formativos indicam os níveis de aprendizagem e os conteúdos a serem repassados, podendo abranger algumas modalidades de ensino, por exemplo:
- e. **EAD** – EaD é a sigla para Educação a Distância. É uma forma de ensino/aprendizagem mediados por tecnologias que permitem que o professor e o aluno estejam em ambientes físicos diferentes. Na educação a distância, o aluno tem a capacidade e responsabilidade de gerenciar seu próprio aprendizado, possuindo autonomia para estudar de acordo com seu tempo disponível. Será utilizada a plataforma moodle para disponibilizar capacitações referentes ao nível introdutório, além de ser usado como acervo bibliográfico e um espaço para fóruns de discussão. O Ensino a Distância também poderá ser utilizado em sites que disponibilizam cursos para as diversas áreas de atuação.
- f. **Palestras** – É a exposição de um tema, geralmente de natureza educativa, por um profissional que possui algum conhecimento sobre o que será exposto.
- g. **Cursos** – Consiste no detalhamento de determinado assunto ou conjunto de temas com o objetivo de treinamento e aprendizagem. É composto de exposições de pessoas normalmente com formação acadêmica, podendo também ser em modalidade EAD, que procuram passar seu conhecimento aos participantes. O foco está mais na teoria que na prática, porém não a exclui.
- h. **Seminários** – O seminário é uma das diferentes técnicas de ensino coletivo, que tem como método a interação, o diálogo e a parceria dos participantes, enfatizando a troca de conhecimentos e a discussão entre pessoas que possuam algum conhecimento prévio sobre o assunto. É uma reunião na qual “semeiam-se” ideias. O objetivo é suscitar o debate sobre determinados temas, caracterizando-se pela exposição de um orador seguida de debate com o auditório. A dinâmica do seminário divide-se em três momentos: a fase de exposição, a de discussão e a de conclusão. Usualmente, o orador é um guru ou expert no assunto que está sendo exposto.
- i. **Congressos** – Congresso é uma reunião de pessoas com interesses em comum, que visa tratar de determinados assuntos, comunicar trabalhos,

apresentar propostas, pesquisas e estudos científicos, ou trocar ideias. Propõe o debate aberto com o público e chegam a conclusões, registradas em documento final com as resoluções.

- j. **Conferências** – Caracteriza-se pela apresentação de um tema, informativo, geralmente técnico ou científico, por autoridade em determinado assunto.
- k. **Oficinas** – A oficina é uma metodologia de trabalho que prevê a formação coletiva em momentos de interação e troca de saberes a partir de uma horizontalidade na construção do saber inacabado. Assim, as oficinas pedagógicas possibilitam um processo educativo composto de sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação e avaliação.
- l. **Rodas de Conversa** – É um método que consiste na criação de espaços de diálogo, em que os trabalhadores possam se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Envolve um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia.
- m. **Grupos de Estudo** – É um grupo de pessoas que, tendo interesse comum por determinado assunto, reúne-se para estudá-lo.
- n. **Supervisão Técnica** – O conceito de supervisão é ação de supervisionar o trabalho ou uma tarefa realizada por um profissional ou equipe. É um processo formal de sustentação da prática, uma aprendizagem que permite aos profissionais desenvolver os conhecimentos, as competências e a consciência da responsabilidade da prática profissional. É ainda uma forma de promover a reflexão através da prática, identificar soluções para os problemas, de melhorar a prática e aumentar a compreensão das ações profissionais.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, o ponto de partida foram as interrogações e reflexões sobre como se dão as ações intersetoriais das Redes de Proteção, investigando sobre que metodologias eram adotadas nas ações das Redes, quais instrumentos de trabalho utilizavam, se funcionavam de modo independentes ou interdependentes, se existia uma padronização e algum tipo de treinamento, capacitação ou formação continuada, para que pudessem cumprir efetivamente sua função social. Questionou-se ainda, a quem recorriam em caso de dúvidas e se tinham necessidade de apoio, enfim, procurou-se refletir criticamente sobre a totalidade desta questão, considerando sua importância para os cidadãos atendidos nas áreas urbana e rural da cidade, onde no cotidiano se materializam as ações das Redes de Proteção, dentro de suas atribuições e competências no enfrentamento do fenômeno da violência, em suas mais variadas formas.

Após todo o percurso da construção deste trabalho, como considerações finais e prospectivas, destaca-se que as redes cooperativas no âmbito da administração pública ao mesmo tempo que representam um avanço no sentido de impulsionar uma gestão compartilhada, superando a centralizações que muitas vezes tornam a Secretarias Municipais em verdadeiras “ilhas”, isoladas da totalidade das demandas sociais, também é um grande desafio, pois exige um constante suporte técnico, apoio institucional dos órgãos gestores das políticas públicas envolvidas, disponibilização de recursos e monitoramento sistemático para que as redes estejam ativas, fortalecidas e impactando positivamente os territórios que atuam.

Neste sentido, o estudo demonstrou que o trabalho em rede, pode ser fortalecido com a elaboração de um Protocolo Intersetorial de atendimento, contendo fluxos de articulação e encaminhamento, com definição de responsabilidades, considerando a realidade social do Município e de seus territórios, os recursos existentes e o respeito ao papel e às competências de cada integrante da rede, de modo que estas passem a atuar uniformemente e não cada qual fazendo a sua maneira, muitas vezes com conceitos distorcidos, fluxos mal articulados, enfim sem um padrão baseado nas legislações vigentes e técnicas profissionais reconhecidamente aprovadas.

Este processo de construção coletiva do protocolo, contando com a participação dos diversos componentes das redes, pode contribuir ainda para clarificar papéis e responsabilidades e competências; otimizar recursos, potencialidades e oportunidades no território; identificar lacunas e carências das redes; desenvolver estratégias para o acompanhamento integrado as famílias e aos indivíduos; estabelecer pactuações institucionais, intersetoriais e políticas; redimensionar o trabalho e a atuação das redes, a partir dos resultados obtidos, tendo como norte a intencionalidade e os objetivos comuns.

Para que o trabalho fosse mais completo, fez-se a proposição da criação de um Grupo Gestor Intersectorial, responsável por dar suporte as redes cooperativas, que ao todo são 16 em Araucária, atuando com Redes de Proteção de Direitos Humanos, ficando ainda responsável por realizar formação continuada para todos integrantes das redes, capacitando-os para utilizar o protocolo e exercer suas atribuições com eficiência, eficácia e efetividade, na defesa intransigente dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Campus, São Paulo, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Brasília, 1ª ed., 2011.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/2013**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica / Ministério da Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica**. - 7ª edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume 3 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços**. – 1. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.3 v.: il.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rosa Marie; KOMATSU, Suely. **Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. XI Concurso de ensayos del clad “el tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”**. UNESCO/CLAD, Caracas 1998.

LUSSI C.; e MARINUCI, R, **Notas sobre trabalho em rede**, 2007. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/notas_sobre_trabalho_em_rede.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018>.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo, Cortez, 2006.

MOTTI, Antônio José Ângelo; SANTOS, Joselino Vieira dos. **Redes de Proteção Social à Criança e ao Adolescente: Limites e Possibilidades**. Conforme: <<http://www.levead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf>> Acessado em 26/01/2019.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **A Filosofia da Práxis**. 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.